

**Resumo:** Os teóricos da Economia Política Clássica, Adam Smith e David Ricardo, acreditavam que o mercado possuía mecanismos de autorregulação que sempre manteria a oferta e demanda de mercadorias em equilíbrio. A Economia Política Clássica utilizou-se de dois pilares teóricos para fundamentar a impossibilidade de crises: Lei dos Mercado de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda de David Hume. O presente trabalho tem como objetivo mostrar através das contribuições de Karl Marx que as crises são possíveis de acontecer. Dessa maneira, a análise perpassa ao estudo do desenvolvimento da forma valor até a sua forma monetária. O estudo da histórica crítica do pensamento econômico permitiu compreender como as funções do dinheiro como meio de circulação e meio de pagamento carregam consigo as duas formas abstratas da crise.

**Palavras-chaves:** Economia Política, Capitalismo, Crises.

**Abstract:** Classical Political Economy theorists Adam Smith and David Ricardo believed that the market had self-regulatory mechanisms that would always keep the supply and demand of goods in balance. Classical Political Economy used two theoretical pillars to support the impossibility of crises: Say's Market Law and David Hume's Quantity Theory of Money. This paper aims to show through the contributions of Karl Marx that crises are possible to happen. Thus, the analysis goes through the study of the development of the value form to its monetary form. The study of the critical history of economic thought allowed us to understand how the functions of money as a means of circulation and means of payment carry with them the two abstract forms of the crisis.

**Keywords:** Political Economy, Capitalism, Crisis.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da concessão de bolsa de estudo de iniciação científica.

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

## **Introdução**

A Economia Política Clássica acreditava que a maneira pela qual se mensurava a relação proporcional com que as mercadorias são trocadas era através da quantidade de trabalho contida nelas. Essa relação proporcional que possibilitava analisar o poder de compra de uma mercadoria em relação a outra é o que os teóricos da Economia Política Clássica chamaram de valor de troca.

Adam Smith (1723-1790) entendia que o valor de troca medido através da quantidade de trabalho contido nas mercadorias era igual à quantidade de trabalho que essas mercadorias poderiam comprar no mercado. O autor buscava uma medida padrão e invariável o qual acreditava ser o trabalho.

David Ricardo (1772-1823) herdou do Smith a concepção de que o valor de troca de uma mercadoria é avaliado pela quantidade de trabalho contido. Todavia, discordava da igualdade colocada por Smith entre trabalho contido e trabalho comandado e a invariabilidade do valor do trabalho. Nesse sentido, a quantidade de trabalho necessária para se produzir uma mercadoria era medida do valor de troca e o valor do trabalho sofria variações pois estava na proporção direta do valor dos bens de consumo os quais o salário era gasto.

Smith ao buscar a gênese do valor de troca no trabalho, teve dificuldades em relacionar essa medida com outra medida que comumente se avaliava o valor de troca das mercadorias, vale dizer, o dinheiro. Pois era mais comum se avaliar o valor de troca de uma mercadoria pela quantidade de dinheiro que recebia em troca do que por trabalho.

A Economia Política Clássica entendia que o capitalismo emergente era uma economia pautada nas trocas e o mercado tinha mecanismos de autoajustes que impediam que existisse excesso de mercadorias que não houvesse compradores. A função do dinheiro era compreendida somente com a finalidade de facilitar a troca de mercadorias.

Esses autores apregoavam que a livre alocação do emprego de capital e mão de obra em diversos ramos de produção e a concorrência resultaria em um equilíbrio entre oferta e demanda. Para Adam Smith e David Ricardo as crises eram impossíveis de acontecer. A argumentação da impossibilidade de crises para esses autores tem como fundamento teórico a Teoria Quantitativa da Moeda de David Hume (1711-1776) e a Lei dos Mercados de Say. (1767-1832).

Karl Marx (1818 – 1883) utilizando-se do seu método de investigação, dialética, parte dos mesmos pressupostos utilizados pelos teóricos clássicos — divisão do trabalho, valor de troca, etc. — para mostrar que as crises são possíveis de acontecer, mesmo na concepção postulada pelos

teóricos clássicos: uma economia orientada para as trocas onde o dinheiro servia como meio de circulação de bens de consumo.

Marx enuncia que o desenvolvimento da sociedade mercantil concomitante o desenvolvimento do valor de troca manifesta a possibilidade de crises. A Economia Política Clássica a despeito de corretamente apreender o fundamento do valor de troca ao trabalho, não foi capaz de mostrar como o valor assume determinadas formas naturais distinta do seu valor de uso. O valor de troca é a forma de manifestação do valor e autonomização do valor por meio do valor de troca carrega a possibilidade da cisão entre compra e venda. A possibilidade de crise reside na função do dinheiro como meio de circulação e meio de pagamento.

Dessa maneira, o presente trabalho tem a finalidade de mostrar como Karl Marx compreendia o desenvolvimento da possibilidade da crise. Na primeira seção será exposto a teoria do valor trabalho de Adam Smith e David Ricardo e como compreendiam a impossibilidade das crises. Em seguida, na segunda seção, será enunciado como Marx desenvolve o germe da crise a partir do desenvolvimento da forma valor. E por fim, será feita uma análise da crítica ao pensamento econômico da Economia Política. O trabalho será concluído na última seção.

## **1. A teoria do valor em Adam Smith e David Ricardo**

A Economia Política Clássica tem como uma das suas características aderir o fundamento do valor de troca ao trabalho. Adam Smith mostrou que a maneira pela qual se avalia a medida de troca entre duas mercadorias é através da quantidade de trabalho para se produzi-las. A mercadoria, além do valor de troca, possui também valor de uso o qual indica a sua utilidade.

Smith inicia a investigação do valor de troca voltando àquilo que ele chama de estágio antigo e primitivo que é anterior à acumulação de capital. Nesse estágio, os produtores produziam de forma independente, vivendo através do produto do próprio trabalho. Quando os indivíduos passaram a ser especializar em ofícios específicos (caça, pesca, fazer arcos, etc.) os excedentes de suas produções que ultrapassavam o próprio consumo trocavam por outros produtos para satisfazer as suas necessidades.

Essa é uma das maneiras que o autor enuncia o efeito resultante da divisão do trabalho<sup>3</sup>, isto é, a especialização dos indivíduos em determinadas atividades econômicas na sociedade. A

---

<sup>3</sup> Smith também aborda o efeito resultante da divisão do trabalho dentro das manufaturas em sua época, a subdivisão das tarefas para a realização da produção aumentava a produtividade. Marx, por outro lado, faz a diferenciação entre divisão do trabalho dentro da manufatura e a divisão social do trabalho: “A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre ser humanos transformados em simples membros de um mecanismo global a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a da concorrência [...]” (MARX, 1996, p. 470-471).

generalização da divisão do trabalho resulta na interdependência entre os indivíduos os quais passam a viver por meio da troca. Cada vez menos produzem para o próprio consumo e passam a satisfazer as suas necessidades pelo do produto do trabalho alheio. Dessa forma ele enuncia a teoria do valor-trabalho:

Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ele própria, senão trocá-la por outros bens, é igual a quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. (SMITH, 1996, p. 87)

O valor de troca é a relação proporcional com que duas mercadorias são trocadas. É o poder de compra que uma mercadoria tem em relação a outra: dois chapéus podem ser trocados por um sapato. As mercadorias são trocadas por iguais quantidades de trabalho: para se fazer um sapato leva a mesma quantidade de trabalho para se fazer dois chapéus.

Há dualidade na teoria do valor-trabalho de Adam Smith. Para o autor, o valor de troca pode ser mensurado através da quantidade de trabalho contido na mercadoria ou o valor de troca é igual a quantidade de trabalho que a mercadoria pode comprar no mercado. Essa dualidade acontece porque o autor parte do pressuposto de uma economia simples onde o produtor auferir toda produção sem ter que repartir com alguém. Ele também acredita ser o trabalho uma medida invariável.

O desenvolvimento das trocas desencadeia na necessidade que exista uma mercadoria específica que auxilia na efetivação das trocas. Pois para que o escambo aconteça é necessário que o valor de uso das mercadorias que estão sendo trocadas coincide com as necessidades dos indivíduos que estão realizando a troca. Se o padeiro quiser uma caça, necessariamente terá que achar alguém que vive da caça que deseja pão. Para que isso se resolva, Smith enuncia que uma mercadoria passa a exercer função de valor de troca — o qual se torna o dinheiro — que facilita a negociação, pois dificilmente alguém não a aceitaria no ato da troca.

Alguns aderiam ao sal, outros ao gado, etc. Porém, os metais preciosos passaram a exercer a função de valor de troca devido as suas propriedades físicas: podem ser recuperados por meio da fusão, conservar o valor e podem ser divididos.

Nesse caso, o autor declara que é mais fácil estimar o valor de troca de uma mercadoria por outra mercadoria (dinheiro) do que pela quantidade de trabalho. Dessa forma, se avalia o valor de troca de uma mercadoria pela quantidade de dinheiro que se pode trocar. E a quantidade de dinheiro determinará a quantidade de mercadorias que se conseguirá comprar no mercado. Para Smith a única função do dinheiro é “fazer circular bens de consumo”. (SMITH, 1996).

O autor não mostra necessariamente a evolução do valor de troca. Ele busca a gênese no valor de troca por meio do trabalho, mas não explica a razão pela qual a quantidade de trabalho contido em

uma mercadoria, substância abstrata (valor), ganha uma forma natural (valor de troca) distinta do seu valor de uso e como a forma do valor de troca se desenvolve até a sua forma monetária.

Smith sofre influência da Teoria Quantitativa da Moeda de David Hume. Segundo o postulado o nível de preços das mercadorias está relacionado com a quantidade de dinheiro que se encontram em circulação e a quantidade de mercadorias colocadas no mercado para a venda. Um excesso do nível do meio circulante possibilitará um aumento da demanda por mercadorias que, conseqüentemente, haverá um aumento geral do nível de preços.

A teoria da moeda de Hume tem como principal pressuposto da moeda servir apenas para facilitar a troca de mercadorias. Dessa maneira, existe uma relação proporcional entre nível de moedas em circulação e quantidade de mercadorias no mercado o qual não pode passar dessa proporção sem que altere os preços. Se o nível de dinheiro for maior que a quantidade de mercadorias no mercado o preço sobe, se a quantidade de mercadorias for maior que a quantidade do nível do meio circulante os preços abaixam.

Hume relata que a nação que acumula certo nível de moedas metálicas devido ao aumento das exportações, gradativamente, os preços das mercadorias vão se elevando devido ao aumento da demanda interna por mercadorias oriunda do aumento do meio circulante. No comércio exterior essa nação perderá mercados para os países que tiverem as suas mercadorias com baixo preço até que haja equilíbrio entre importação e exportação por meio do fluxo de moedas metálicas.

Em determinado momento, Smith abandona a teoria do valor-trabalho e explica que o valor de troca da mercadoria é composto por taxas naturais da renda da terra, do lucro e do salário. Essas taxas naturais são as remunerações dos fatores de produção (trabalho, capital e terra) que em média recebem em cada localidade. O preço que a mercadoria realmente vale que é o suficiente para colocá-la no mercado e que não é nem maior e nem menor do que o suficiente para remunerar os fatores de produção (taxa natural do lucro, taxa natural da renda da terra e taxa natural do salário) sem que haja prejuízo Smith chama de preço natural (SMITH, 1996).

A demanda de consumidores que está disposta a pagar pelo preço natural é a demanda efetiva. O preço que realmente a mercadoria é vendida no mercado o autor chama de preço de mercado, este, por sua vez, é regulado pela oferta e demanda.

Dessa forma, Smith expõe que os mecanismos de ajuste entre oferta e demanda mantém sempre a quantidade de mercadorias ofertadas igual a quantidade de mercadorias demandadas. O autor tem como fundamento teórico a Teoria Quantitativa da Moeda onde as oscilações dos preços corrigem os desvios entre oferta e demanda. A tendência é que o valor de troca das mercadorias sempre tende ao preço natural eliminando os excessos e a escassez de mercadorias no mercado.

Se a demanda efetiva de uma mercadoria ultrapassa a sua oferta, os compradores estarão dispostos a comprá-la por um preço maior afim de obtê-la. Nesse caso, o preço de mercado estará

acima do preço natural, pois os preços dessas mercadorias subiram gradativamente. Com a subida dos preços, afluirá maiores quantidades de emprego de capital e de mão de obra afim de obter maiores remunerações. O que, por consequência, aumentará o nível da produção até suprir a demanda efetiva. O preço de mercado, desse modo, abaixará até ao preço natural e a oferta se igualará a demanda. E analogamente o inverso.

A questão colocada pelo autor é que o mercado possui mecanismos de autoajustes que impedem que haja excesso de mercadorias no mercado, pois caso a demanda por uma mercadoria diminua, os fatores de produção migrarão desse empreendimento diminuindo, por sua vez, a produção de mercadorias, para empreendimentos em que houver maior lucratividade expandindo a oferta.

Ricardo compreendia que apenas a quantidade de trabalho necessária para se produzir uma mercadoria era capaz de medir a relação proporcional com que as mercadorias eram trocadas. Contrapõe-se a Smith no que se refere a uma medida invariável e da igualdade entre trabalho comandado e trabalho contido.

O autor atenta-se nas alterações dos valores relativos das mercadorias, a proporção pela qual são trocadas. A partir da teoria do valor, ele fundamenta a sua teoria da distribuição. Para Ricardo, o lucro era inversamente proporcional aos salários dos trabalhadores e, portanto, um aumento de um necessariamente implicava a diminuição do outro e não alterava os valores relativos. O salário do trabalhador variava na proporção direta dos valores das mercadorias que o salário era gasto

Desse modo, Ricardo acreditava que a única forma que impediria o emprego de capital seria o aumento salarial real o qual iria contrair os lucros. Dessa maneira, era necessário que os bens que fossem entrar no consumo dos trabalhadores fossem produzidos por uma menor quantidade de trabalho necessária seja importando de países onde os bens de primeira necessidade fossem produzidos em terras mais férteis seja pela introdução da maquinaria. O aumento da produtividade aconteceria por meio do progresso técnico onde se conseguiria produzir uma maior quantidade pela mesma quantidade de trabalho necessária.

Smith ao postular a dinâmica entre oferta e demanda pressupunha que o valor de troca (preço natural) era composto de taxas naturais das rendas. Ricardo, por outro lado, supõe que as mercadorias são vendidas pelos seus valores. De modo que o preço natural é a quantidade de trabalho necessária para se produzir uma mercadoria. E devido as oscilações entre oferta e demanda o valor de troca da mercadoria sofre desvios em relação ao seu preço natural o qual ele chama de preço de mercado.

Ricardo confessa que existe a possibilidade de que crises parciais de superprodução aconteçam, mas nega a possibilidade de crise geral de superprodução. Para o autor sempre haverá o equilíbrio entre oferta e demanda a despeito dos desvios que existem que, no entanto, são temporários.

Supondo que exista uma elevação na demanda de uma determinada mercadoria que, por consequência, e o preço de mercado sobe em relação ao preço natural. Devido os desejos dos

capitalistas em empregar capital em empreendimentos mais lucrativos, haverá uma diminuição da alocação de capital e mão de obra em empreendimentos em que houver menor demanda para empreendimentos cuja demanda é maior trazendo maior lucratividade.

Com o emprego de capital e contratação de mão de obra produzirá uma maior quantidade de mercadorias que suprirá a demanda e, conseqüentemente, o preço de mercado abaixará e igualará ao preço natural das mercadorias e haverá uma equalização da taxa de lucro no mesmo setor. A concorrência e a livre migração dos fatores de produção resultam no equilíbrio entre oferta e demanda.

Ricardo para mostrar que a demanda sempre se igualará a oferta introduz também em seu arcabouço teórico a Lei dos Mercado de Say<sup>4</sup>. Esse postulado mostra que a produção tem a potencialidade de gerar mercados para outros produtos. Pois a mercadoria ao ser vendida no mercado gera um poder de comprar (demanda) proporcional a própria produção.

De modo que a produção potencializa a demanda. O axioma carrega o pressuposto da moeda servir apenas como meio de troca e, nesse sentido, supõe que o valor gerado será integralmente convertido em bens de consumo.

Para Say, a circulação simples de mercadorias, M-D-M se equivalia com a troca direta de produtos, M-M, é necessário que se produza antes e depois troque seu produto por outro. Produtores vendem as suas mercadorias para com o dinheiro recebido comprar mercadorias para o próprio consumo: “Com efeito, para que deseja esse dinheiro? Não é com o propósito de comprar matérias-primas para sua indústria ou comestíveis para sua boca? Veja que são produtos que você precisa não dinheiro.” (SAY, 1983, p. 137-138).

Dessa maneira Ricardo defende a teoria de Say afirmando que é impossível que haja crises de superprodução geral pois o mercado se encarrega de ajustar os desvios entre oferta e demanda. Para o autor sempre haverá demanda pela qual o capital possa ser empregado na medida em que os desejo dos consumidores são ilimitados. Dessa maneira, a própria produção impulsiona a demanda na medida em que o valor gerado da produção se converte integralmente na compra de outras mercadorias

Como produtos são trocados por produtos, segundo a Lei dos Mercados, a própria produção corrige os excessos de mercadorias no mercado em dado setor, pois se produziu demais em alguns ramos da produção porque se produziu de menos em outros.

Ao mesmo tempo alega que os produtores passam a serem consumidores das suas próprias mercadorias de modo semelhante se vendesse as suas mercadorias para trocá-las em mercadorias de outros produtores. (RICARDO, 1982).

---

<sup>4</sup> Existe controvérsia se a lei de Say (Lei dos Mercados) efetivamente foi postulado pelo próprio Say. Na concepção de Marx, o fundamento teórico vem de James Mill. Ver MARX (1980), p. 929.

A Economia Política Clássica a despeito de compreenderem que a sociedade emergente, capitalista, tem intenção de adquirir lucro com as suas vendas, analisa como se fosse uma sociedade de produtores simples cuja intenção da produção é adquirir bens de consumo. A mercadoria é vendida ao mercado por determinada quantidade de dinheiro e, posteriormente, volta ao mercado para comprar bens de consumo. Narram uma circulação simples de mercadorias, M-D-M, onde as funções do dinheiro são restringidas a apenas a circular bens de consumo.

## **2. A possibilidade de crises em Karl Marx**

Vimos como os teóricos da Economia Política Clássica desenvolveram as categorias econômicas e mostraram, por meio delas, que o mercado possui dinamismos reguladores cujo movimento harmônico corrigia eventuais perturbações entre oferta e demanda, mantendo a livre alocação de recursos em diferentes ramos de produção. Desse modo, crises de superprodução generalizadas eram impossíveis. Corretamente os teóricos clássicos apreenderam o fundamento do valor de troca, todavia não analisaram corretamente o desenvolvimento da forma valor até a sua forma monetária o qual traz consigo o germe da crise.

No primeiro capítulo de *O Capital* (1996), Marx começa a sua investigação pela categoria elementar do modo de produção capitalista, a mercadoria. Categoria que faz parte do estágio das relações sociais mercantis. O modo de produção capitalista é um estágio desenvolvido dessa sociedade.

A mercadoria, como analisada pelos teóricos clássicos, possui valor de uso e valor de troca. O valor de uso indica a utilidade do objeto, através das propriedades físicas a mercadoria satisfaz as necessidades humanas. O valor de troca é a quantidade proporcional com que as mercadorias são trocadas: 2 chapéus = 1 sapato.

Para que as mercadorias sejam permutáveis entre si é necessário que exista algo em comum entre elas para a realização da troca. Nesse caso, esse algo comum não pode ser o valor de uso, isto é, as propriedades físicas que satisfazem as necessidades humanas, pois um dos pressupostos da troca é que mercadorias de distintos valores de uso sejam permutados posto que não há sentido em trocar mercadorias de igual valor de uso.

Por meio da abstração, ao retirar as propriedades físicas da mercadoria que faz dela ser valor de uso o que há em comum entre as mercadorias é que são produto do trabalho humano. Abstraindo as formas corpóreas da mercadoria, desaparece o valor de uso e desaparece, portanto, o tipo de trabalho nela realizado, trabalho do marceneiro, do alfaiate, etc. e as diferentes formas de trabalho e torna-se trabalho igual: trabalho humano abstrato (MARX, 1996).

O trabalho concreto é o trabalho que dá a forma útil a um objeto, trabalho que cria valor de uso: o trabalho do alfaiate que faz o casaco, por exemplo. O trabalho concreto se diferencia uns dos outros: trabalho do marceneiro, do tecelão, etc. O trabalho humano abstrato é o gerador do valor e é indiferenciado, de modo que uma mercadoria possui valor porque nela foi despendida determinada quantidade de trabalho. Esse é o duplo caráter do trabalho que possibilita a criação simultânea de um objeto com valor de uso e com valor.

O que há em comum entre as mercadorias que é possível a comensurabilidade é serem possuidoras de valor — uma “substância social comum”. O valor é determinado não pelas propriedades físicas do objeto, mas é uma determinação social e histórica característico da sociedade mercantil. A grandeza do valor é determinada pela quantidade de trabalho nela contido e a quantidade é mensurada pelo tempo de trabalho.

A maneira pela qual o valor de uma mercadoria se manifesta é através de outra mercadoria na relação de troca. O valor se manifesta através da relação social e a maneira pela qual ele aparece é por meio do valor de troca. A determinação do valor se constitui socialmente e, portanto, também se manifesta socialmente.

Aqui reside a dificuldade da Economia Política em mostrar como o valor assume determinadas formas naturais até assumir a forma dinheiro sendo o valor uma determinação social. O valor de uso de uma mercadoria é a sua forma natural. Ao pôr duas mercadorias em relação no ato da troca, 2 chapéus = 1 sapato, o valor de uma se manifesta no valor de uso da outra.

Em nosso exemplo, dizemos que 2 chapéus valem 1 sapato, um sapato possui igual quantidade de dispêndio de trabalho socialmente necessário de dois chapéus. O chapéu expressa o seu valor, no valor de uso do sapato. O valor (substância abstrata) do chapéu assume um corpo ou a forma natural do sapato para aparecer, pois não se consegue manifestar o valor de uma mercadoria na própria mercadoria, nesse caso, do chapéu no próprio chapéu. Portanto, o valor de uma mercadoria assume uma forma distinta da sua forma natural. Esse valor se manifesta utilizando a forma natural (valor de uso) de outra mercadoria, assumindo um corpo e tornando-se autônomo.

No ato da troca, duas mercadorias assumem papéis distintos. A mercadoria cujo valor deva ser expresso Marx denomina de forma relativa, a mercadoria que expressa o valor de forma equivalente. O valor da mercadoria que deva ser expresso assume uma forma autônoma distinta da sua forma natural, o valor de troca.

Na relação de troca, a mesma mercadoria não consegue exercer o mesmo papel simultaneamente, ao assumir uma forma, abandona a outra. Forma equivalente e forma relativa são opostos entre si e complementares. São dois polos opostos da mesma expressão de valor (MARX, 1996).

Marx já desvenda a gênese da forma dinheiro oculta para teóricos clássicos na relação simples de valor, isto é, na relação de troca de uma mercadoria com uma única mercadoria. O dinheiro já aparece para os teóricos da Economia Política em sua forma acabada, por isso Smith justifica a razão dos metais preciosos exercerem a função de dinheiro pelas propriedades físicas. O valor, todavia, é uma determinação social e aparece na relação de troca assumindo uma forma natural.

O produto do trabalho só passa a ser mercadoria se possuir ao mesmo tempo valor e valor de uso. Valor e valor de uso são opostos entre si. A mercadoria é produto do trabalho privado, mas o seu valor somente é realizado na venda se o seu valor de uso for social. A mercadoria para o seu possuidor é não valor de uso e valor de uso para o seu não possuidor a quem a troca está sendo dirigida. Produtores de mercadorias independentes tornam-se dependentes entre si com a divisão social do trabalho. A troca interliga essa interdependência mútua.

A antítese interna à mercadoria, valor de uso e valor, na troca, ganha uma representação de uma antítese externa, valor de uso e valor de troca. A mercadoria que o valor deva ser expresso assume o papel de valor de uso, a mercadoria que expressa o valor fica na posição de valor de troca. Em nosso exemplo, o chapéu (forma relativa) expressa o seu valor no sapato (forma equivalente), o sapato passa a ser, por sua vez, valor de troca.

Na forma simples de valor, uma mercadoria expressa o seu valor em uma única mercadoria. Para que a venda seja realizada, o valor de uso de ambas tem que coincidir com as necessidades dos indivíduos participantes da troca. Nesse caso, a troca de mercadorias ainda não tem intermediação monetária, compra e venda se realizam simultaneamente. O valor assume uma forma independente, valor de troca, mas ainda não há separação da unidade contraditória representada pelo valor de troca e pelo valor de uso nos dois polos opostos da troca.

Quando uma mercadoria expressa o seu valor em uma série de mercadorias, há diversos valores de troca na medida que em que essa mercadoria é posta em relação com diferentes mercadorias que assume a forma equivalente particular, essa é a forma de valor total ou desdobrada. Nessa forma, diferente da forma simples de valor, a relação de valor entre mercadorias deixa de ser algo meramente casual e as trocas passam a adquirir uma dinâmica sistemática.

Assim como uma mercadoria expressa o seu valor em uma série de mercadorias, diversas mercadorias expressam também seus valores naquela mercadoria uma vez que os possuidores de mercadorias realizam trocas recíprocas. Sapato, café, etc. agora expressa os seus valores em uma única mercadoria, chapéu. Nesse momento, diversas mercadorias expressam o valor no valor de uso de uma única mercadoria. Essa é a forma geral de valor.

O valor de troca assume uma forma natural comum determinada socialmente — como é o caso do gado ou do sal citado por Smith — que é permutável por qualquer mercadoria, vale dizer,

passa a ser, por sua vez, equivalente geral. Mercadoria utilizada e aceita em qualquer negociação devido à complexidade do desenvolvimento das trocas.

O caráter fetichista do dinheiro ofusca o olhar dos economistas político. O dinheiro ao aparecer, para eles, em sua forma acabada, forma dinheiro, apaga os vestígios da sua gênese. A saber que o dinheiro é a forma desenvolvida da mercadoria e a mercadoria é produto das relações sociais. Ao contrário, os metais preciosos aparecem para esses teóricos que exercem as funções do dinheiro pelas suas propriedades naturais.<sup>5</sup>

A contradição entre forma relativa e forma equivalente se desenvolve à medida que a forma de valor se desenvolve. Na forma simples de valor, não havia uma mercadoria específica que se fixasse como valor de troca comum de todas as mercadorias. Na forma geral de valor, uma mercadoria específica se fixa em um dos polos da antítese e essa contradição se mostra de maneira mais elevada. O valor adquire um corpo específico para se manifestar de maneira autônoma. As mercadorias expressam o valor no valor de uso de uma única mercadoria, equivalente geral, menos no próprio.

A mercadoria que foi historicamente determinada para exercer a função de equivalente geral assume a forma dinheiro, valor de troca. O ouro foi a mercadoria que passou a exercer essa posição específica. Aqui, portanto, está desvendado a gênese da forma dinheiro. Dessa maneira, os metais preciosos devido as suas propriedades físicas, foi a mercadoria adequada para exercer essa função.

A relação de troca entre mercadorias como foi salientado reside em contradições. O avanço histórico das trocas não as exclui, ao se resolverem, se movem em formas distintas. A mercadoria é uma unidade contraditória ao possui valor e valor de uso. Se o seu possuidor usufruir de sua utilidade, deixa de ser mercadoria; se a vende, não é possível satisfazer-se do seu valor de uso.

A contradição dentro da mercadoria, no ato da troca, passa a ter uma representação externa entre valor de uso e valor de troca agora representada por duas mercadorias distintas, mercadorias de valores de uso e mercadoria monetária (valor de troca), o dinheiro, M-D.

A análise feita pela Economia Política trazia como pressuposto uma circulação simples de mercadorias, vender para comprar. Marx, através de seu método de investigação, expõe que mesmo na circulação de mercadorias carrega a possibilidade de crise, entretanto somente a possibilidade. Dessa maneira, o autor enfatiza a diferença qualitativa entre troca direta de produtos e circulação de mercadorias.

A troca de produtos, na circulação simples de mercadorias, M-D-M, passa a ter a intermediação da mercadoria monetária. O dinheiro ao mediar a circulação das mercadorias assume a função de meio de circulação. O processo de circulação de mercadorias como visto pela Economia

---

<sup>5</sup> Para melhor entendimento do fetichismo em Marx ver Carcanholo (2011), p. 90-91.

Política aparece ao contrário do movimento real, isto é, mercadorias circulam por causa da função do dinheiro com meio de circulação.

Na realidade, o possuidor de mercadorias para obter, no estágio mais desenvolvido da sociedade mercantil, o produto do trabalho alheio é necessário que antes ele transforme sua mercadoria em dinheiro e depois a transforme, de novo, em mercadoria para a satisfação das suas necessidades. O movimento do dinheiro é a “expressão da circulação de mercadorias”, isto é, as metamorfoses da mercadoria. O movimento aparente do dinheiro oculta a possibilidade de crises ao observar a circulação de mercadorias apenas como unidade, M-D-M.

A circulação de mercadorias é uma unidade contraditória composta por dois movimentos opostos que são complementares e ao mesmo tempo excludentes: compra (M-D) e venda (D-M) (MARX, 1996).

A primeira fase da metamorfose, venda (M-D), é simultaneamente compra, pois para que algum produtor consiga vender a sua mercadoria é necessário que alguém a compre. Todavia, a circulação de mercadorias, com a intermediação monetária, separa os dois atos de compra e venda no tempo e no espaço.

A primeira fase da metamorfose é parcial, o movimento completo se extingue quando ao vender a sua mercadoria utiliza o dinheiro recebido para comprar outra mercadoria. Essa é a segunda fase da metamorfose que completa a unidade, compra (D-M). E a contradição entre compra e venda é resolvida.

Não necessariamente possuidores de mercadorias comprarão reciprocamente seus produtos, como é o caso do intercâmbio direto de produtos. O dinheiro como equivalente geral tem o caráter de ser permutável por qualquer mercadoria. Nesse caso, após o indivíduo realizar a venda de sua mercadoria, não necessariamente de imediato ele efetuará a compra de outra mercadoria e muito menos reciprocamente comprará o produto do trabalho de quem comprou a sua mercadoria.

O rompimento da unidade entre compra e venda, M-D-M, reside a primeira forma abstrata da possibilidade de crise, a contradição prevalece contra a unidade<sup>6</sup>. Essa possibilidade torna-se concreta com o desenvolvimento simultâneo da sociedade mercantil, vale dizer, no modo de produção capitalista. O dinheiro como meio de circulação já está latente a possibilidade da crise dado a autonomização dos dois polos opostos entre compra e venda.

À medida que a forma valor se desenvolve, o dinheiro assume funções distintas e a possibilidade de crise aparece com mais nitidez. O desenvolvimento da troca direta resulta na circulação simples mediada pela mercadoria monetária. O dinheiro serve simultaneamente como medida de valor e meio circulante.

---

<sup>6</sup> Ver Ribeiro (1988), p. 282.

O dinheiro como meio de pagamento, por outro lado, possibilita que mercadorias circulem sem a intermediação do dinheiro e dinheiro circula sem intermediar as mercadorias. De fato, nesse momento, a antítese polar entre compra e venda passam a se comportar como se não dependessem uma da outra e agem independentemente.

O indivíduo compra a mercadoria sem a necessidade de imediato entregar o dinheiro ao vendedor. O comprador torna-se devedor e vendedor, credor. O dinheiro entra na circulação somente para quitar a dívida no prazo estabelecido, servindo, primeiro, apenas idealmente como medida de valor para realizar a compra sem antes ter vendido.

A dívida é quitada no período que a mercadoria já se transformou em valor de uso. O dinheiro ideal tem que se tornar real em algum momento para que o processo seja finalizado. O valor de troca se comporta com mais flexibilidade de maneira autônoma. Sem que mercadoria circule, ele finaliza o processo sozinho. Em uma cadeia de negociações onde indivíduos negociam reciprocamente as suas mercadorias e necessitam mutuamente para pagar as suas dívidas receber os pagamentos dos seus devedores, se apenas um não honrar com suas dívidas, geram dificuldades em séries nas transações entre compra e venda.

Essa é a segunda forma abstrata da crise, dinheiro como meio de pagamento. A contradição entre valor e valor de uso ganha uma forma de manifestação mais explícita, a autonomização entre venda e compra se torna mais extrema e passam a se comportar independentemente. É possível comprar sem antes ter vendido. A contradição “estoura” através de uma crise.

Dessa maneira, a contradição entre valor e valor de uso só pode ser observada a partir de sua forma de manifestação entre valor de uso e valor de troca, nesse sentido, ela é somente observável nas relações de troca. O desenvolvimento da forma valor desenvolve simultaneamente a contradição imanente a mercadoria e essa contradição se desenvolve gerando a possibilidade de crise. Essas duas formas abstratas são apenas possibilidades e para que a crise se estabeleça concretamente é necessário desenvolvimento das relações sociais mercantis, o capitalismo.

### **3. História Crítica do Pensamento Econômico**

Marx dialoga com a Economia Política de maneira mais abrangente em seus inscritos *Teorias da Mais-Valia* (1980). O autor mostra como abordagem apologética dos teóricos clássicos na postulação das categorias econômicas escamoteiam as “mais simples relações econômicas” obscurecendo o real movimento composto por contradições.

Enquanto a Economia Política, por meio das categorias, afirma a unidade, impossibilitando que haja crises; Marx contrapõe-se mostrando, por outro lado, que a unidade é contraditória e essa contradição desencadeia em crises.

Smith não compreendia as crises e tampouco tratou do assunto. Quando trata da acumulação de capital, o autor observa o aumento crescente da riqueza e o bem-estar da coletividade (MARX, 1980). Smith, como mostrado anteriormente, observa que as oscilações dos preços possibilitam o equilíbrio entre oferta e demanda.

Ricardo utiliza-se da Lei dos Mercados na defesa da impossibilidade de o capitalismo obter uma crise de superprodução generalizada. Apesar do conhecimento profundo de Ricardo no que se refere a abordagem teórica e histórica, trata o capitalismo como uma circulação simples de mercadorias, vender para comprar: “[...] jamais se efetua uma venda a não ser com a intenção de comprar qualquer outra mercadoria [...]” (RICARDO, 1982, p. 197).

Todavia, Marx salienta que o autor desconsiderou o fato de alguém poder realizar uma venda com a intenção de pagar e, além disso, em uma situação de crise determinado indivíduo pode ter a satisfação de vender sem ter que comprar imediatamente (MARX, 1986). Vimos também que a função do dinheiro como meio de pagamento possibilita que os indivíduos realizem uma compra sem necessariamente pagar com dinheiro de modo instantâneo. O dinheiro somente entrará em circulação com a finalidade de quitar a dívida depois de um prazo estabelecido.

Ademais, o capitalista ao vender a sua mercadoria tem a intenção de receber em troca o dinheiro para realizar o seu lucro. Apesar da renda auferida ser gasta em bens de consumo, não é essa a intenção do modo de produção capitalista e, portanto, o seu fator determinante. Se vende as mercadorias a fim de obter dinheiro. Nesse sentido, quando Ricardo afirma que um indivíduo ao produzir torna-se simultaneamente consumidor dos seus próprios produtos da mesma forma que consumidor do produto do trabalho alheio, é falso.

Ricardo vai dizer, de acordo com Say, que produtos são trocados por produtos. Esse pressuposto fundamenta a impossibilidade de crise na medida em que a solução de crise parcial reside no incentivo da própria produção. A ideia de que a superprodução parcial é corrigida pelo aumento da produção de outros produtos visto que produtos são trocados por produtos sucumbe as funções do dinheiro e as consequências dela resultante voltando ao estágio de escambo direto.

Marx diz que a crença em torno da impossibilidade de crise de superprodução geral permeia na sofística de que se há superprodução em todos os ramos de produção não há superprodução, porque produtos são trocados por produtos e ao aumento simultâneo de produção em todos os ramos de produção exclui a possibilidade do mercado ser congestionado.

Ricardo não admite que o desenvolvimento das forças produtivas resulta no aumento crescente de mercadorias maior do que o mercado possa absorver. No modo de produção capitalista, não se

produz para satisfazer as necessidades dos produtores, visa tão somente o lucro, essa é verdadeira intenção da produção.

A defesa de que o mercado, por meio de seus mecanismos de ajuste — alocação de fatores de produção para empreendimentos em que há demanda — pressupõe que há algo a ser corrigido e, portanto, existe a possibilidade da cisão entre mercadorias que são produzidas e consumidas.

Marx enfatiza que os teóricos se utilizando do termo “produto” escondem a natureza da mercadoria e, portanto, a contradição que existe embutida nela entre valor e valor de uso. O pressuposto fundamental na relação de troca é que produto do trabalho tem que se transformar em mercadoria. Seu valor de uso é social e não se produz para o próprio consumo. A utilidade da mercadoria para o seu possuidor é ser portador de valor de troca (MARX, 1996).

No escambo direto, o processo de troca se estingue no próprio ato, compra e venda são atos simultâneos. Na circulação de mercadorias, a unidade M-D-M é composta de dois momentos opostos que se separam no tempo e no espaço. Venda (D-M) é ao mesmo tempo compra, mas o segundo movimento da metamorfose, compra (D-M) não necessariamente se realizará reciprocamente e ao mesmo tempo que a venda anterior.

Essa interrupção na circulação decorre da outra função do dinheiro que possibilita a reserva de valor, ou seja, o dinheiro como entesouramento. De modo que a unidade é repartida e os dois lados opostos, compra e venda, passam a se comportarem independentemente e indiferentes em relação ao outro.

Todavia a apologética dos teóricos clássicos afirma que existe unidade e esconde a contradição e nesse sentido, não há possibilidade de crise. Marx, pelo contrário, mostra que a possibilidade da crise se manifesta devido a unidade ser contraditória.

A Economia Política apreende a circulação de mercadorias por causa da função do dinheiro como meio de circulação — meio pelo qual produtos (valor de uso) são trocados — e não notaram que o dinheiro é a “forma essencial e necessária da existência da mercadoria”.

Marx enfatiza o fato de Ricardo não ter dado atenção a determinação qualitativa do valor de troca — Smith também não observou —, a saber, que o trabalho privado tem que se transformar, na relação de troca, em trabalho social geral (MARX, 1980). E, portanto, mercadoria privada tem que se transformar em dinheiro.

Aqui reside a problemática, a dificuldade da mercadoria se metamorfosear para a forma dinheiro. De modo que se existe a possibilidade desse ato não acontecer para uma mercadoria, a possibilidade se encerra também para todas as demais. A possibilidade de uma crise de superprodução generalizada, mercado congestionado de mercadorias sem compradores.

Na forma valor, reside a possibilidade da crise. O dinheiro como valor de troca, mercadoria intercambiável por qualquer outra mercadoria, rompe com a simultaneidade dos eventos.

A generalização da divisão social do trabalho faz com que cada vez menos os produtores individuais produzem para si e passa a vender para obter o produto do trabalho alheio. Na sociedade mercantil desenvolvida não se produz para consumir o próprio produto, todos os produtores estão interligados e dependentes entre si.

Com a crise, os produtores privados não conseguem vender as suas mercadorias. A mercadoria como categoria elementar da sociedade mercantil pressupõe que valor de uso seja social. A possibilidade de que a mercadoria não seja consumida está latente, pois se não conseguir vendê-la, será perdida posto que não servirá como valor de uso para o seu possuidor.

É verdade que o dinheiro como valor de troca intercambiável por qualquer mercadoria facilita as transações comerciais. Mas também é verdade que a mercadoria monetária como intermediária da troca carrega a possibilidade de crise ao cindir a unidade.

Dessa maneira, a possibilidade da crise aparece na forma simples da metamorfose. Compra e venda são ações que se completam e ao mesmo tempo são opostos. Essa unidade é partida e os elementos se tornam independentes.

Possibilidade geral e abstrata da crise significa apenas a forma mais abstrata da crise, sem conteúdo, sem o impulso pertinente a esse conteúdo. Compra e venda podem separar-se. Constituem, portanto, crise em estado potencial e sua coincidência continua sempre a ser, para a mercadoria, elemento crítico. (MARX, 1980, p. 945)

A forma abstrata da crise implica na possibilidade da separação dos elementos que são diferentes, mas não indiferentes entre si e inseparáveis. Essa ruptura é corrigida por meio de uma crise, nas palavras do autor, esses elementos são forçados “a se juntar pela força que se opõe à sua independência mútua”. De modo que a crise é a imposição da unidade contra as suas fases para as juntar novamente visto que são inseparáveis.

Portanto Marx afirma que não haveria crise se não houvesse a oposição entre compra e venda, a contradição existente entre dinheiro e mercadoria. Dessa forma, não haveria a necessidade desses elementos se juntarem novamente “à força” por meio de uma crise.

Todavia, o autor muito bem salienta, que apenas as duas formas abstratas da crise, dinheiro como meio circulante (metamorfose da mercadoria) e dinheiro como meio de pagamento, não explica as crises. A crise nessas formas está em potência. A crise real se estabelece com o desenvolvimento da sociedade mercantil, isto é, “a partir do movimento real da produção capitalista”.

## **Conclusão:**

A Economia Política observou como o processo de troca no mercado era realizado. Os produtores de mercadorias vão até o mercado para trocar as suas mercadorias por dinheiro. Através da quantidade de dinheiro recebido compra mercadorias para a satisfação das necessidades.

Corretamente analisaram o fundamento do valor de troca aderindo ao trabalho e a circulação de mercadorias mediada pelo dinheiro. Todavia, Marx desvendou como a própria relação social burguesa esconde o real movimento da economia. De modo que os teóricos clássicos apreenderam o fenômeno das relações sociais econômicas na *aparência*. Marx, por outro lado, relatou como esses movimentos realmente acontecem fazendo uma análise da *essência* do fenômeno.

Adam Smith e David Ricardo tiveram as suas limitações teóricas ao não compreenderem que o valor de troca é a forma de manifestação do valor. A identificação da categoria valor é imprescindível para Marx mostrar o embrião da crise. O valor e o valor de uso são elementos constitutivos da mercadoria e ao mesmo tempo são opostos entre si.

Não é possível que o seu possuidor seja ao mesmo tempo vendedor e consumidor de sua mercadoria. O seu valor de uso é social. Se os produtores não conseguirem vender as suas mercadorias, deixará o mercado congestionado.

Adam Smith dedicou-se a mostrar as causas por trás do crescimento da riqueza das nações. Sua postulação teórica das flutuações gravitacionais dos preços permitia que o autor entendesse que a livre dinâmica do mercado sempre corrigiria os excessos de mercadorias.

David Ricardo ao se preocupar com a distribuição do produto nacional, fundamentou as leis que a regia por meio da teoria do valor. Ao mesmo tempo, se encarregou de mostrar através do fundamento teórico que construiu, incorporando ao mesmo tempo a Lei dos Mercados, que a única razão pela qual o capital não possa ser empregado é o aumento salarial real e que sempre haveria equilíbrio entre oferta e demanda.

Marx sistematiza muito bem que o desenvolvimento da contradição entre valor e valor de uso ganhando uma expressão de oposição entre valor de uso e valor de troca na relação de troca reside a possibilidade de crise. Essa possibilidade consiste no desenvolvimento forma valor através de sua autonomização.

Criando, dessa forma, a primeira forma abstrata da crise, a metamorfose da mercadoria, quando o dinheiro assume a forma de meio de circulação. A Economia Política, todavia, se equivocou ao não saber separar a diferença qualitativa entre o escambo direto de mercadorias com a circulação de mercadorias. A possibilidade da crise é a possibilidade de ruptura da unidade entre compra e venda.

A antítese polar entre valor de uso e valor de troca passam a se comportar como não dependessem um do outro e se afastam até que voltam a se juntar por intermédio de uma crise.

O desenvolvimento das relações de troca desencadeia no desenvolvimento da forma valor. O dinheiro ao assumir a função de meio de pagamento expressa de maneira mais extrema a separação entre compra e venda. Permite por sua vez, que se compra antes mesmo de ter vendido.

Nesse sentido, os clássicos ao analisarem a função do dinheiro apenas como instrumento facilitador das trocas e medida de valor suprimiram os efeitos resultantes da autonomização do valor através do valor de troca. Entretanto, essas duas formas abstratas da crise não explica a crise. Nesse sentido, para a compreensão mais abrangente das determinações da crise é necessária uma análise das relações sociais mercantis mais desenvolvidas, vale dizer, capitalismo.

### **Referências:**

ARTHMAR, R. **Especulação e Crises Comerciais na Teoria Clássica**. Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea, 2005.

CARCANHOLO, Reinaldo Antonio. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

\_\_\_\_\_. **Marx, Ricardo e Smith: sobre a Teoria do valor-trabalho**. Vitória: Edufes. 2013.

GRESPLAN, J. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2012.

HERRERA, A.R. **La Ley de Say: debate sobre el origen de la crises**. Madri: Maia Ediciones, 2012.

HUME, D. **Escritos sobre economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. *Of Money, and Other Economic Essays*. 1777.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol I. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, 2ª reimpressão 2013.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Livro IV de O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

MENDONÇA, Antônio. **A crise econômica e sua forma de contemporânea**. Dissertação de Doutorado apresentada no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1987.

MIGLIOLI, J. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. Hucitec, 2004.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. 8ª. Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RIBEIRO, Nelson Rosas. **A acumulação de capital no Brasil**: expansão e crise. Dissertação de Doutorado apresentada no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1988.

RUBIN, I. I. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SAY, J.B. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCREPANTI, E. & ZAMAGNI, S. **On the Outline of the History of Economic Thought**. Oxford: Oxford University Press. 2005.

SÁ BARRETO. **De Smith a Marx: curso introdutório em dez aulas**. São Paulo: Usina Editorial. 2021.

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.